

**O PROCESSO DE (INTER)SUBJETIVIDADE
NAS ELIPSES DAS FALAS CONQUISTENSES**

Amanda Moreno Fonseca de Andrade (UESB)

amfandrade65@gmail.com

Elenita Alves Barbosa (UESB)

nitajord@hotmail.com

Valéria Viana Sousa (UESB)

valeriavianasousa@gmail.com

RESUMO

O Funcionalismo compreende a língua como um instrumento de comunicação que deve ser analisado para além de um objeto autônomo, que possui estrutura maleável em diferentes situações discursivas. Um fenômeno que acontece entre essas situações discursivas é a subjetividade que, para Traugott & Dasher (2002), é um processo que está relacionado com os variados meios ao agente locucionário, e que este sempre voltará a sua intenção para o outro. Dessa maneira, há de se admitir que sem falante não há subjetividade, como postulado por Finegan (1995), mas, também, há de se considerar que sem um ouvinte não há subjetividade, como começou a ser pensado a partir de Lyons (1996). Sendo assim, é necessário, sobretudo, considerar que, quando há a subjetividade, há, concomitantemente, a (inter)subjetividade. Dessarte, ancorando-nos na perspectiva teórica da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU) (CROFT, 2001; BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2018), propomo-nos a entender os fenômenos de (inter)subjetividade que acontecem na língua, mais precisamente nas elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal.

Palavras-chave:

Funcionalismo. (Inter)Subjetividade. Subjetividade.

ABSTRACT

Functionalism understands language as a communication tool that must be analyzed in addition to an autonomous object, which has a malleable structure in different discursive situations. A phenomenon that occurs among these discursive situations is subjectivity, which, for Traugott & Dasher (2002), is a process that relates to the locutionary agent with the various means, and this agent will always return his intention to the other. Thus, it must be admitted that without a speaker there is no subjectivity, as postulated by Finegan (1995), but, also, it must be considered that without a listener there is no subjectivity, as it started to be thought from Lyon (1996). Therefore, it is necessary to consider that when there is a subjectivity, there is, simultaneously, a (inter) subjectivity. Thus, anchoring us in the theoretical perspective of Functional Linguistics Centered on Use (here in after LFCU) (CROFT, 2001; BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2018). We propose to understand the phenomena of (inter) subjectivity that happen in the language, more precisely in the ellipses of subject, verb and verbal

complement.

Keywords:

Functionalism. (Inter)Subjectivity. Subjectivity.

1. Introdução

A língua é um fenômeno de constituição e de mostraçãõ/interaçãõ social, como afirmam Bagno e Casseb-Galvão (2017), pois é, através dela, que conseguimos expressar nossos pensamentos e realizar o ato da comunicaçãõ. Já a linguagem, consoante Neves (2012), é distinta das coisas, pois acontece em um ato em que não é necessário o contato físico, entretanto, há muito além nessa troca, e é justamente isso que procuraremos investigar dentro da (Inter)Subjetividade, ancorando-nos na perspectiva teórica da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU) (CROFT, 2001; BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2018), uma abordagem linguística que é fundamentada no diálogo entre o Funcionalismo norte-americano e a Gramática de Construções.

Ao consultarmos “subjetividade” e “intersubjetividade” em (i) um dicionário geral da língua e (ii) um dicionário de linguística, encontramos a respeito desses termos as seguintes considerações:

No que tange ao (i) dicionário geral da língua, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2001), a subjetividade é apresentada como “(...) uma realidade cognitiva do ser humano, passível de manifestar-se simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo, e comprometida com a apropriação intelectual dos objetos externos (...) (HOUAISS, 2001, p. 2624); já a intersubjetividade, por sua vez, é descrita como uma “(...) comunicaçãõ das consciências individuais umas com as outras, realizada com base na reciprocidade (...)” (HOUAISS, 2001, p. 1635). Ambos os conceitos apresentados no dicionário geral de língua portuguesa assemelham-se aos descritos por Benveniste (1995), no *Dicionário de Linguística da Enunciaçãõ* (2009).

No tocante ao (ii) *Dicionário de Linguística da Enunciaçãõ* (FLORES; BARBISAN; FINATTO; TEIXEIRA, 2009), segundo Benveniste (1995), a subjetividade é apresentada como uma passagem de locutor a sujeito, em que, se analisarmos o conceito, o locutor é um sujeito prototípico em seu ato de fala, pois insere toda a sua crença no discurso apresentado. Concernente à (inter)subjetividade, no *Dicionário de Lin-*

guística da Enunciação (2009), Benveniste (1995), como consta na obra supracitada, afirma que o termo “intersubjetividade” é muito menos recorrente do que o “subjetividade” ligado à pessoa, ou seja, a presença do locutor e do interlocutor são fundamentais para que tal processo aconteça.

Benveniste (1996), ao introduzir o “sujeito da enunciação”, afirma que o reconhecimento da linguagem é profundamente marcado pela expressão da subjetividade. Outrora, ainda questiona sobre a possibilidade de que se não houvesse o reconhecimento de tal processo na linguagem, como essa funcionaria e se poderia ser reconhecida como linguagem (BENVENISTE, 1996, p. 261). Dessa forma, podemos observar que esse meio na linguagem acontece de forma frequente no processo de comunicação e é de suma importância para que ela funcione como tal.

Essa “subjetividade” não é nada mais que a capacidade do locutor de ser o sujeito, ou seja, “(...) não é mais que a fenomenologia no ser de uma propriedade fundamental da linguagem.” (BENVENISTE, 1995, p. 286). Tendo isso em vista, não há como ser concebível uma língua sem expressão do sujeito uma vez que não poderíamos pensar se não houvesse essa marca no discurso. Consoante Benveniste (1995), o locutor apresenta-se como o “eu” na fala em seu discurso, pois o “tu” é para quem a fala se direciona, nessa perspectiva, o agente locucionário. Mas, quando o outro está falando, ele torna-se o locutor, como também o “eu” para o seu discurso, e o outro torna-se “tu”.

Partindo desse pressuposto, é que vamos analisar as elipses de sujeito, de verbo e de complemento verbal, a fim de identificarmos a presença da (inter)subjetividade nesse tipo de construção. Compreendemos que a elipse está para além de um mero recurso de coesão textual ou de um elemento nulo, vazio, cujo resgate pode ser feito em uma retomada rápida do contexto; e que a elipse, muito mais do que a simples ação de recobrar do contexto o sentido de uma lacuna em uma construção, pode ser bem mais significativa.

A fim de discutirmos a (inter)subjetividade na elipse, após esta Introdução, apresentamos os pressupostos teóricos, seção na qual explanaremos sobre a base teórica que nos fundamenta na presente pesquisa.

2. Pressupostos teóricos

No campo do Funcionalismo Linguístico, Finegan (1995) afirma que a subjetividade envolve a expressão pessoal própria e a representação

da perspectiva do falante ou o ponto de vista do discurso. Nesse primeiro momento, a subjetividade parece estar centrada na figura do falante e, assim, no seu desejo de expressabilidade em relação a suas atitudes e crenças. Ademais, o linguista elenca três tipos mais comuns de subjetividade, a saber: (i) a perspectiva de um locutor agente; (ii) a expressão do afeto de um locutor agente; e (iii) a expressão de modalidade epistêmica de proposições num enunciado (FINEGAN, 2005 [1995], p. 4). Sendo assim, considerando a subjetividade, tem-se (i) a funcionalidade da linguagem persuasiva emitida pelo eu; (ii) uma linguagem que está voltada para o interlocutor; e (iii) a presença dessas concepções para ambos interlocutores.

No intuito de agregar ainda mais ao conceito, aqui proposto para análise, recorremos a Lyons (1996) que vê a subjetividade voltada para o locucionário. Assim, a partir da expressividade, atitudes e crenças do falante, a subjetividade no discurso é propensa a variações diante das situações discursivas a que os participantes do discurso estão expostos. Nesse momento, a visão de subjetividade, ao que nos revela, amplia o seu escopo e passa a considerar a figura de outro componente presente na comunicação, o locucionário, para quem o discurso pode ser alterado a depender das demandas presentes nos participantes e na situação comunicativa.

Muito afim com a perspectiva de Benveniste (1995), pelo prisma funcional da linguagem, Dias (2013) advoga que sem falante e/ou escrevente não há subjetividade. Ao longo desse processo, no desenvolvimento humano e cognitivo, que é a subjetividade, o homem foi aprimorando as habilidades de projetar suas capacidades instrumentais em forma de ações. Esse processo foi se abstratizando até que o falante/escrevente começou a lançar suas atitudes e intenções na composição da linguagem. Como não poderia deixar de ser, foram projetados espaços de interação em cuja base estava a intercompreensão. Traugott (2010), por sua vez, também tomando como aporte teórico o Funcionalismo, explana que a subjetividade está direcionada totalmente ao locutor, e a (inter)subjetividade dirige-se à imagem do locutor para o interlocutor, uma vez que as inferências sugeridas pelo contexto passam a fazer parte de um novo significado para uma nova construção (TRAUGOTT, 2010, p. 130).

Essa capacidade de se deslocar virtualmente para o espaço de atenção do outro e perceber sua forma de compreensão e de uso da linguagem foi fundamental para criar um espaço de atenção conjunta que nada mais é do que uma resposta a suas necessidades de sobrevivência e de cooperação (TOMASELLO, 2009). Traugott (2010) acrescenta ainda

que a (inter)subjetividade está voltada para a perspectiva sincrônica, enquanto a (inter)subjetificação está voltada para a perspectiva diacrônica.

Mediante o exposto sobre (inter)subjetividade, trazemos a elipse sob a perspectiva da Gramática de Construções e nos ancoramos em Goldberg (2013) que avalia ser necessário considerarmos que os fatos sensíveis sobre a semântica e a utilização de construções mais particulares devem ser levados em consideração. Os pesquisadores construcionistas consideram todos os aspectos da gramática, incluindo aqueles que são considerados periféricos ou residuais por outras teorias. Nenhuma palavra ou construção deve ser dessecada em seu significado “puro”, nem categorizada sintaticamente de forma a não ter outras funções.

Sob a perspectiva da Gramática de Construções, López (1999) aborda a elipse como uma ideia clara de uma cláusula excluída que obtém seu significado em um antecedente. Porém, enfatiza o linguista, esses complementos da cláusula devem ser comuns aos interlocutores para que a elipse seja licenciada. Caso não haja essa possibilidade, a construção não é licenciada e se torna agramatical. O autor argumenta, ainda, que as elipses são adjacentes frente às categorias que as licenciam e, portanto, elas devem estar dentro da estrutura.

Para complementar, López (1999) diz que as elipses abrangem um olhar para a interface entre a Gramática de Frases e a Gramática do Discurso. Entendemos, por isso, que há a compreensão de que o termo elidido precisa ter uma conexão com seu antecedente para que ele possa ser interpretado, porém as elipses ultrapassam essa fronteira e nem sempre precisam de um referenciador ou de qualquer outro material linguístico. Heine (2010) compactua do mesmo pensamento de López (1999) de que nem sempre o significado de uma elipse é derivado composicionalmente de palavras.

Dessa forma, passaremos a analisar as elipses presentes nos exemplos que apresentaremos, extraídos dos *corpora* do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo – CNPq, com o intuito de compreendermos melhor tal fenômeno e percebermos a presença da (inter)subjetividade nas construções em que tais “lacunas” são utilizadas, carregando uma carga semântica que nem sempre é recuperável apenas pelo contexto linguístico.

3. *Análise de dados*

Para investigar as construções elípticas, tomamos por base os *Corpora* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC) e do Português Culto de Vitória da Conquista (*Corpus* PCVC) e selecionamos, nesse material, 3 (três) entrevistas de informantes do português culto e 3 (três) entrevistas de informantes do português popular da comunidade conquistense, coletados pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo – CNPq, levando em conta a modalidade de interação entre documentador e informante, seguindo as orientações da Sociolinguística Laboviana.

3.1. *Eclipse de sujeito*

A elipse de sujeito é uma das mais fáceis de ser resgatada ou interpretada por meio do contexto, pois, via de regra, o termo elíptico vem expresso na terminação do verbo, como nos exemplos (1) e (2):

(1) DOC: Como era...a... eram as brincadeiras na sua infância?
INF: Ø Eram legais. (A.F.S.F - *Corpus* PCVC)

(2) DOC: Eh, você sempre morô aqui nesse bairro, né? No Patagônia?
INF: Toda vida.
DOC: Cê gosta daqui?
INF: Ø Gosto. (M.S.S - *Corpus* PCVC)

Posto o exemplo apresentado em (1), observamos uma elipse de sujeito, identificável pela desinência do verbo “Eram” flexionado em terceira pessoa do plural. Pelo contexto, podemos resgatar o sintagma nominal “as brincadeiras de sua infância” que poderia ser substituído pelo pronome substantivo “elas” ou ser mantido conforme a pergunta, mas o informante optou por elidi-lo.

No entanto, observamos que o informante, ao decidir pela elipse, não o faz apenas pelo fato de o termo poder ser identificado no verbo, mas conduz o interlocutor a interpretar que ele não quer prosseguir no assunto, isso é percebido pela resposta direta e lacônica, “Eram legais”. Uma atitude linguística como essa não revela apenas um sujeito elíptico, porque o verbo exerce a função de revelá-lo, mas, conforme dissemos anteriormente, o locutor, ao agir assim, permite ao interlocutor fazer as inferências sugeridas pelo contexto, nesse caso, linguístico e extralinguístico, acontecendo aí, também, os processos de (inter)subjetividade.

Em (2), há um outro caso de elipse de sujeito, cujo resgate pode

ser feito tranquilamente por meio da terminação verbal “gosto” – primeira pessoa do singular. Observamos, ainda, que a pergunta dirigida ao informante foi em segunda pessoa do singular, o que, necessariamente, trará uma resposta em primeira pessoa. Embora a resposta pareça óbvia, a (inter)subjetividade também é marca nesse trecho, pois o “gosto” para retratar a oração “Eu gosto daqui” traz consigo um sentimento de afetividade, de segurança do que está sendo dito. Assim, resgatamos o que nos trouxe Finegan (1995), já citado nos pressupostos teóricos, que a subjetividade é marca da expressão pessoal que reflete na perspectiva do falante ou no ponto de vista do discurso e que, ao mesmo momento, acontece a (inter)subjetividade.

Passemos a analisar a elipse de verbo.

3.2. Elipse de verbo

A elipse de verbo difere da elipse de sujeito, pois não há como identificá-la tão facilmente e aqui, assim como na elipse de complemento, a (inter)subjetividade é percebida com mais nitidez. Vejamos em (3) e (4):

(3) DOC: Como é que são seus pais? Fale um pouco sobre eles.

INF: Ah, meus pais... \emptyset maravilhosos. Hoje eu num tenho mais meu pai, só minha mãe, mas assim, meu pai e minha mãe *foi um exemplo* de vida pra *noisirmãos*. Graças a Deus hoje todos temos a nossa formação que eles *nos deu* e muito...muito bem mesmo minha família, meu pai, minha mãe. Sinto muito saudade de meu pai, mas Deus *levô* ele, mas tenho minha mãe, *nois* somos muito família. (A.C.M.G. – *Corpus PCVC*)

(4) DOC : Você....cê tem alguma religião, você segue alguma?

INF : \emptyset Católico. (R.T. – *Corpus PPVC*)

Observemos que, no exemplo (3), a (inter)subjetividade expressa na elipse “Ah, meus pais... \emptyset maravilhosos.” é bastante reveladora dos sentimentos afetivos que inundam o informante, o que nos remete à constatação de que, no processo da (inter)subjetividade, as atitudes e crenças são transmitidas no ato da fala. O verbo elíptico (ser) retrata o amor envolvido, o sentimento de gratidão e fica evidenciado justamente por causa desse contexto transparecido pelo falante por meio do contexto extralinguístico.

Em (4), embora haja duas elipses juntas, a de sujeito e a de verbo, nosso foco, para a análise desta subseção, será a de verbo, mesmo porque, se ele não estivesse elidido, evidenciaria o sujeito na sua desi-

nência. Logo, fixemos nosso olhar na ausência do verbo “ser”, o que poderia ser “sou católico” resumiu-se em “católico”, uma resposta que expressa um certo distanciamento da religião e um possível não exercício da prática da fé professada, mas que o entrevistado preferiu não dizer em palavras físicas.

Nossa próxima análise será da elipse de complemento verbal.

3.3. Elipse de complemento verbal

Ao fazer referência ao objeto direto nulo, Cyrino (1999) traz a informação de que:

Dentre os elementos nulos pós-verbais no PB, o mais estudado tem sido, sem dúvida, o chamado “objeto nulo” do português brasileiro, um elemento fórico semelhante a um pronome (nulo), pois sempre tem um antecedente seja na mesma sentença, seja no discurso anterior. (CYRINO, 1999, p. 601)

Assim sendo, notamos a contundência da autora ao afirmar que o objeto nulo do português brasileiro sempre terá um antecedente na mesma sentença ou na sentença antecedente, que servirá como referência para a elipse. No entanto, nem sempre funciona dessa forma na língua, pois, como nos excertos (5) e (6), há construções bem frequentes no nosso português que contrapõem essa afirmação:

(5) DOC: Você acha bom morá aqui? Por quê?

INF: Ah eu... eu acho Ø... Eu num me imagino Ø... eu nunca mudei pra ôtrolugá, a num sê, daqui para lá. De lá para aqui. Então sempre nesse ambiente aqui nessa região geográfica aqui, perto de quê? Perto da... do comércio, perto... da igreja, perto... ou seja, a região central. Eu gosto Ø. Gosto Ø sim. (A.I.R.M - *Corpus* PCVC)

(6) DOC: E gosta daqui?

INF : Gosto Ø! Aqui é bom pra morar. (J.C.S- *Corpus* PPVC)

Interessante observarmos que, em (5), há um único exemplo com várias elipses. Voltemos nosso olhar para as quatro construções que estão relacionadas com a elipse de complemento verbal. Na primeira, “eu acho Ø...”, a locutora representa a realidade, concedendo ao ouvinte a recriação dessa mesma realidade. Isso faz da linguagem, consoante Benveniste (1976, p. 26), “o próprio instrumento da comunicação intersubjetiva”. Dessa forma, a informante busca manifestar o quanto ela gosta do lugar onde mora e não encontra palavras para expressar esse amor. Por isso,

parte para a segunda elipse, ou seja, faz uso de outra elipse de mesmo valor sintático “Eu num me imagino...” para homologar o que deixou elíptico, resgatado pela (inter)subjetividade, na primeira lacuna. O valor semântico expresso nas duas construções revela a intenção da falante em dizer que não consegue se ver morando em outro lugar. E como se não fosse suficiente, ela ratifica seu amor com mais duas elipses de valor sintático diferente (objeto indireto) “Eu gosto Ø. Gosto Ø sim”, expressando de forma enfática o que deseja falar: é a força da linguagem.

No exemplo apresentado em (6), apesar de encontrarmos duas elipses, uma de sujeito e outra de objeto indireto, nosso foco, nesse momento, está para a segunda, que é nosso assunto nesta subseção. Assim, reparamos que o informante é taxativo na resposta “Gosto!”, não acrescenta a informação “daqui” ou qualquer outra informação que referenciasse o lugar do qual ele falava. Consoante Benveniste (1976, p. 26), “A linguagem reproduz a realidade” e “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento”, logo, está salientado, a partir da fala do entrevistado, que a elipse retrata o prazer que ele tem de morar “aqui” e isso é sancionado com a oração seguinte “Aqui é bom pra morar”.

4. Considerações finais

Como dito na seção “Análise de dados”, utilizamos, no presente trabalho, 3 (três) falas retiradas do *corpus* PPVC e 3 (três) falas retiradas do *corpus* PCVC. A partir da análise realizada nesses 6 (seis) excertos, pudemos chegar às seguintes conclusões:

Diante do exposto, arrematamos que a elipse jamais poderá ser vista como um “elemento nulo”, pois compreendemos que um elemento nulo não possui valor semântico ou sintático dentro da oração. A partir das análises apresentadas na subseção 3, distinguimos com bastante clareza que a elipse, apesar de parecer que não possui forma física, apresenta forma pragmática carregada semanticamente e que ambas constituem o pareamento forma↔função, pois podem ser preenchidas não apenas por elementos linguísticos antecessores, mas também, ou somente, pelo contexto situacional e sociocultural, considerando o papel desempenhado por cada interlocutor.

Para tanto, além disso, pudemos observar que no processo da elipse há a presença da subjetividade, indispensável na fala, pois quando o

informante passa a processar o enunciado, ele adere a esse fenômeno e, ao mesmo tempo, produz, também, a intersubjetividade, em que há a passagem de atitudes e crenças de um locutor para o interlocutor, como visto nas análises feitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M; CASSEB-GALVÃO, V. MUDANÇA LINGUÍSTICA: Fenômeno sociocognitivo de base funcional. In: CASSEB-GALVÃO; BAGNO; RESENDE. (Org.). *Dinâmicas Funcionais da Mudança Linguística*. São Paulo: Parábola, 2017, v. 1, p. 9-33

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. *Problemas de linguística geral*. Trad. de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.

BYBEE, J. *Language, use and cognition*. Cambridge. Cambridge Press, 2010.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CYRINO, S. M. L. Elementos nulos pós-verbais no português brasileiro oral contemporâneo. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Unicamp, 1999.

DIAS, N. B. As construções subjetivas na modalidade falada mineira, carioca e fluminense. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs). *Linguística centrada no uso— uma homenagem a Mário Marletotta*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2013. p. 129-41

FINEGAN, E. Subjectivity and subjectivisation. In: _____. *Subjectivity and subjectivisation*. Stein e Weight (Eds). Cambridge Press, 2005.

FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J.; TEIXEIRA, M. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. *Variação e mudança linguística em perspectiva construcional*. Natal: EDUFRN, 2018.

GOLDBERG, A. E. Constructionist approaches. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Orgs). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*

mar. Oxford: Oxford University Press, 2013. Trad. de Christopher Lee Schwenk.

HEINE, L. Non-coordination-based ellipsis from a Construction Grammar perspective: The case of the coffee construction. *Cognitive Linguistics*, v. 22: n. 1, p. 55-80, 2011.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LÓPEZ, L. Ellipsis and discourse-linking. *Língua*. V. 110, 3. ed., p. 183-213, 1999.

LYONS, J. *Semântica*, v. 1, Lisboa: Presença & Martins Fontes, 1996.

NEVES, M. H. M. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola, 2012.

TOMASELLO, M. *Why we cooperate*. Massachusetts: MIT Press, 2009.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

_____. 2010. Revisiting subjectification and intersubjectification. In: CUYCKENS, H., DAVIDSE, K., VANDELANOTTE, L. (Eds). *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. (Topics in English Linguistics.). Berlin and New York, Mouton de Gruyter, p. 1-23.